

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO ENSINO DA ESCRITA DO PORTUGUÊS NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NACIONAL BRASILEIRO

LANGUAGE POLICIES OF PORTUGUESE WRITING EDUCATION IN THE FORMATION OF THE BRAZILIAN NATION-STATE

Emny Nicole Batista de Sousa*

RESUMO

Tendo em vista que a língua é fruto de um contexto social e que as escolhas sobre as línguas não são aleatórias (SPOLSKY, 2012), o presente trabalho visa a discorrer sobre as políticas linguísticas, que se constituem em gestões, práticas e crenças e ideologias do ensino da escrita no Brasil nos séculos XIX e XX. Foram feitos um levantamento bibliográfico a respeito do ensino da escrita no período e uma análise a partir da teoria da Política Linguística. Observamos que, entre os fatores extralinguísticos que nortearam o ensino da escrita da língua portuguesa, estava o interesse do Estado na construção do Estado-nacional e do cidadão que o representasse, ou seja, de maneira consequente, estava o interesse na construção de cidadãos unificados, usuários de uma língua homogênea, em favor de uma política centralizadora. Outros fatores que foram assaz importantes nas escolhas linguísticas e metodológicas de ensino estavam ligados a discursos externos ao ambiente escolar, como o discurso médico e a influência do estilo de escrita da língua inglesa. Concluimos com uma reflexão em aberto a respeito do papel desses planejamentos centralizadores que tendem a apagar culturas e línguas locais.

Palavras-chave: Política Linguística; Ensino; Estado-nacional.

ABSTRACT

Given that language is product of a social context and that the choices about languages are not random (SPOLSKY, 2012), this work aims to discuss language policies, which constitute management, practice, beliefs and ideologies, about the teaching of writing in Brazil in the nineteenth and twentieth centuries. A bibliographic survey was made regarding the teaching of writing in the mentioned period and an analysis based on the theory of Language Policy. We

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) DA Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: emnysousa@gmail.com.

observed that among extralinguistic factors that guided the Portuguese language writing was the interest of the State in the making of a national State and of a citizen who represented it. As a consequence, the making of unified citizens, users of a homogeneous language in favor of a centralizing power. Other factors that were very important in the linguistic and methodological choices of teaching were linked to discourses outside the school environment, such as the medical discourse and the influence of the writing style of the English language. We concluded with an open reflection on the role of the centralizing plans that tend to erase local cultures and languages.

Keywords: Language Policy; Teaching; Nation-State.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais ferramentas para unificar os povos, sobretudo nos Estados-nação, é a língua. A língua foi essencial para o processo de construção do sentimento de nacionalidade em contextos como o dos Estados latino-americanos, os quais elegeram o português e o espanhol como línguas oficiais, bem como no contexto africano mais recente, em que os países recém-independentes elegeram línguas também exógenas (em geral, a língua do colonizador), como o francês, inglês e português, mesmo em face de milhares de línguas nativas (ARNOUX; DEL VALLE, 2010).

Nesse sentido, as línguas usadas, e principalmente institucionalizadas em ambientes formais como as escolas, num determinado Estado, em geral não partem de uma escolha natural, mas de um conjunto de políticas e planejamentos linguísticos. Esses planejamentos envolvem desde a confecção e oficialização de dicionários e gramáticas, às leis que impõem sobre o uso da língua (escrita e até mesmo falada, haja vista a proibição das línguas de imigrantes, sobretudo do alemão, no período do Estado Novo no Brasil).

Tendo isto a efeito, o presente artigo pretende refletir sobre o ensino da escrita no Brasil, sobretudo a partir dos dados da pesquisa desenvolvida pelas autoras Vidal e Gvirtz (1998), a partir da perspectiva da Política Linguística. O texto intitulado “O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880 – 1940”, das autoras Vidal e Gvirtz (1998), é assaz pertinente, pois traz dados importantes sobre a escrita, bem como reflexões qualitativas a respeito do seu ensino em instituições escolares no Brasil e na Argentina, a partir de um recorte histórico. A riqueza das informações presentes no texto nos permite analisá-las a partir de diferentes perspectivas. Farei, no entanto, uma análise sob o ponto de vista da Política Linguística, focando o ensino da escrita no Brasil.

Assim, no desenvolvimento do artigo, discorrerei acerca i) da teoria da Política Linguística que fundamenta o trabalho, ii) das crenças e ideologias desde a perspectiva da Política Linguística, iii) dos fatores extralinguísticos, ou seja, das crenças e ideologias que impulsionaram as políticas linguísticas de ensino da escrita portuguesa nos séculos XIX e XX, iv) das políticas linguísticas declaradas; e v) tecerei algumas considerações finais.

2 A POLÍTICA LINGUÍSTICA

É interessante destacar, primeiramente, que entendemos o campo da Política Linguística, do-ravante PL, como interdisciplinar, ou seja, não é restrito ao campo da Linguística, mas dialoga com outras áreas do conhecimento como a História, Geografia, Direito, Ciência Política, Antropologia etc.

A PL vem sendo estabelecida como área disciplinar desde os anos sessenta. A princípio, ela era entendida como o planejamento acerca de uma determinada língua ou variedade a fim de estabelecer um padrão e eventualmente impô-lo por alguma autoridade competente, como um Estado. No entanto, no decorrer do desenvolvimento do campo, a concepção de PL foi ampliada e passou a ser concebida, na atualidade, como uma área que considera não somente as políticas linguísticas impositivas, como um acordo ortográfico ou um parâmetro curricular, mas também as práticas, ou seja, o que os usuários da língua fazem independente das decisões tomadas “de cima para baixo”, bem como as crenças e ideologias que os falantes (ou gestores) têm e os influencia nas escolhas linguísticas. Spolsky (2004) separou essas diferentes (embora interdependentes) dimensões em *políticas linguísticas declaradas, praticadas e crenças*.

Spolsky (2012) considera que as crenças envolvidas nas decisões e escolhas linguísticas também fazem parte da política linguística. O autor concebe que as práticas, que refletem ou não as políticas linguísticas declaradas, fazem parte também desse conceito de política linguística, pois elas são o que acontece de fato numa dada comunidade de fala, ou numa comunidade linguística, portanto sendo as mais poderosas. Para o autor, as políticas linguísticas declaradas não são somente aquelas descritas em leis, documentos oficiais, ou instrumentos linguísticos, mas, em convergência com a ideia de diferentes agentes de Fishman (1974), as empreendidas por autoridades em diferentes domínios da sociedade, seja o gerenciador uma mãe de família, um padre da igreja de uma determinada comunidade, a professora em sala de aula ou o chefe de uma empresa.

Além de considerar os diferentes agentes de políticas linguísticas e diferentes formas de estabelecê-las, o autor, em julgar que as gestões, as práticas e as crenças são indissociáveis, ou seja, que sempre há interferência entre essas esferas e que elas estão sujeitas a forças internas, externas e, de maneira evidente, extralinguísticas, Spolsky (2012) nos deixa espaço para analisar as políticas linguísticas declaradas, levando em conta um contexto amplo que inclui, por exemplo, as ideologias.

3 CRENÇAS E IDEOLOGIAS NA POLÍTICA LINGUÍSTICA

Muitos linguistas como Woolard (1992), Arnoux e Del Valle (2010) e Sylverstein (1979), a fim de entender esse componente importante das políticas linguísticas, capaz de dar impulso a decisões acerca das línguas, têm se dedicado a analisar e descrever esse conjunto de crenças e ideologias. O termo mais comumente utilizado para descrever o fenômeno é *ideologia linguística* e estudiosos têm analisado esse conteúdo como ponto central na investigação sobre língua e identidade (WOOLARD, 1992).¹ Contudo, em se tratando da possível incitação de um teor político, propagandístico e até de algo falseado, alguns linguistas questionam a validade e coerência do uso do termo e, como vimos, o próprio Spolsky (2009) reconhece a problemática que ele pode causar e prefere referir-se às *políticas linguísticas percebidas* através de *crenças*.

Woolard (1992), em reconhecer que a ideologia não apresenta um único significado e que este, definitivamente, não é neutro, lista quatro noções que são recorrentes. A primeira é a de que a ideologia é tipicamente tida como “conceitual” ou “ideacional” e tem relação com a consciência, crenças e ideias. A segunda concepção comum é a de que as ideologias estão arraigadas e derivam das experiências e interesses de uma determinada posição social. A terceira, que a autora julga a noção mais central, é a concepção de ideologia como distorção da realidade, falseamento, misti-

¹ As ideologias linguísticas (e de língua) já eram estudadas antes das definições de Schiffman e Spolsky e antes de estarem incluídas na área da Política Linguística.

cismo ou racionalização, ligada à denominação de “falsa consciência” por Marx e Engels. E, finalmente, a quarta noção é a relação entre o poder social e sua legitimação. Segundo Woolard (1992), algumas vezes as ideologias são concebidas como provenientes do discurso consciente ou mais inconsciente como valores implícitos dentro de um sistema cultural.

A concepção de ideologia como algo negativo, referente às maneiras de se legitimar o abuso da autoridade, os interesses dos grupos dominantes e a desigualdade, perdura até os dias atuais, mesmo dentro da Sociologia (DIJK, 1998), e pode ser relacionado ao abuso do poder de autoridades ao impor, de acordo com interesses próprios, a língua ou variedade que consideram melhor/superior para um determinado grupo de usuários, por meio de uma *política linguística declarada*. No entanto, muitos linguistas partem de definições de ideologia, que estão mais associadas à noção de crenças partilhadas por determinados grupos. Nesse sentido, as *ideologias* não têm essa carga exclusivamente negativa e são consideradas como estruturas ou sistemas simbólicos (GEERTZ, 1973; BOURDIEU, 1989) que abarcam um conjunto de valores e crenças, dentro de um sistema cultural, em um determinado contexto social. Os diferentes conceitos de ideologia interferem nas definições de *ideologias linguísticas*, por linguistas, sociolinguistas e etnógrafos da fala. Silverstein (1979) considera, baseado em Whorf, que existe uma profunda relação entre a estrutura da língua e a racionalização. Para o autor:

A intervenção ideológica funciona como uma interpretação cultural do uso de (uma determinada estrutura linguística [...]). Naturalmente, (nesse uso) existem modos característicos e diferentes graus de “não-reconhecimento” (Bourdieu) ou de “falsamente” tornar-se consciente dela (Marx), ou de formar certas “racionalizações secundárias” (Boas) (SILVERSTEIN, 1979, p. 193).

Há outros autores, como Arnoux e Del Valle (2010), Hornberger (2000) e Woolard (1992), que investigam as *ideologias linguísticas* desde representações de ordem coletiva, como os estudos a partir da perspectiva da análise do discurso. As *ideologias linguísticas* são, nesse caso, sistemas de ideias (produzidas e reproduzidas nas práticas linguísticas e metalinguísticas) acerca da linguagem, das línguas e da fala, derivadas de determinadas culturas, políticas e sociedades, as quais relacionam a linguagem a fatores extralinguísticos, destacando-se as práticas que apresentam um elevado grau de institucionalização (ARNOUX; DEL VALLE, 2010). Os autores partem do conceito de ideologia que remete tanto ao campo das ideias (crenças e representações) como ao campo das práticas – “processos que constituem o significado social da atividade humana”, bem como da noção de ideologia como um conjunto de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos).

Dessa forma, a seguir, analisaremos as ideologias, que fazem parte do sistema de crenças, e os fatores extralinguísticos que impulsionaram políticas linguísticas de ensino da escrita do português nos séculos XIX e XX.

4 AS CRENÇAS E IDEOLOGIAS ACERCA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS SÉCULOS XIX E XX

De acordo com Veloso (2015), a necessidade de tornar o cidadão apto a escrever e ler nos séculos XIX e XX, ou seja, do ensino da leitura e escrita do português como língua materna, ultrapassava o ambiente escolar e estava ligada à capacidade de usar a língua no contexto social ao qual o indivíduo pertencia. Mas esse uso, pensando a partir do ponto de vista da Política Linguística,

não seria as escolhas naturais feitas pela comunidade de fala, mas o uso da língua pelo cidadão, de acordo com os interesses desse Estado-nação em formação.

Vidal e Gvirtz (1998) entendem que o ensino da escrita, ou seja, a língua portuguesa durante os séculos XIX e XX foi um dos fatores em conformação para a construção da identidade nacional, importante para o estabelecimento do país como Estado-nacional.

Analisar o ensino da escrita na escola elementar nos séculos XIX e XX supõe perceber as maneiras como foi-se produzindo esse campo disciplinar, escolarizando a língua falada e construindo uma representação de língua nacional, bem como se foi ressignificando o conceito de escola, professor e aluno (VIDAL; GVIRTZ, 1998, p. 5).

Um dos pontos mais importantes que objetivavam esse ensino no referido período é a questão da pretensão do Estado à unificação e homogeneização do cidadão, para que ele respondesse às necessidades da sociedade moderna e, mais especificamente, da burguesia. Homogeneização conquistada (ou pretendida) a partir, principalmente, da escola. A escola e, por sua vez, a escrita, não seriam mais restritas somente a um grupo, mas massificada, quer dizer, seriam ferramentas para a construção do “[...] ‘novo homem’, eficiente, conciso e de rápido pensar, capaz de lidar mais facilmente com a informação [...]” (VIDAL; GVIRTZ, 1998, p. 6).

Dentro da PL, podemos destacar que as crenças e ideologias dominantes em relação ao ensino da escrita no Brasil dependiam de fatores externos à língua e tinham grande influência na condução e no planejamento escolar. Todos os cidadãos no Estado brasileiro deveriam se comportar de determinada forma, e apresentar uma “cultura” comum, alcançada por meio da língua comum no lugar social onde a padronização do indivíduo ocorre de maneira mais rápida e eficaz: no ambiente escolar. Afinal, os alunos podem passar mais tempo recebendo a educação do Estado do que na própria comunidade ou nas esferas familiares.

No entanto, esse ensino voltado para a construção do sentimento de nação pelos usuários da língua foi influenciado por diversas outras crenças e ideologias, externas à língua *persé*, que nortearam as práticas dos professores nesse momento. Um dos discursos que exerciam influência incisiva nas práticas escolares e que teve grande peso no ensino da escrita foi o discurso médico.

No século XIX, no intuito de desassociar a escola de outros lugares sociais, como as igrejas e famílias, os higienistas passaram a ditar sobre a estrutura da escola, os móveis, a iluminação etc. Nas palavras de Vidal e Gvirtz (1998, p. 7), “O discurso escolar associado ao higiênico vinha prescrever não só uma reorganização espacial da escola, mas um reordenamento de seus métodos e práticas”. O Código Sanitário teve papel importante nesse momento. A altura da mesa, a distância dos livros, a posição do corpo, todos esses fatores tinham papel fundamental na preservação da saúde dos alunos e, conseqüentemente, no aprendizado.

A escrita era sistematizada de acordo com a normatização do corpo. A caligrafia inclinada, tida primeiramente como a mais adequada para a escrita, foi substituída pela caligrafia vertical, pois passou a ser vista como principal causa de problemas de coluna ou de vista dos alunos. A prevenção e a correção do corpo das crianças as tornariam mais eficientes, moldariam a sua natureza.

Outro fator externo à língua que influenciou as práticas de escrita em sala de aula no período foi a questão econômica. O ensino da leitura era priorizado devido aos preços dos materiais, como o papel e a tinta. Da mesma forma, como o manuseio correto da pena exigia prática, a tinta poderia sujar o tecido das roupas dos alunos e, portanto, tornar mais custoso o processo de aprendizagem. Nesse sentido, as mesas de areia, material mais econômico no ensino da escrita, foram introduzidas no Brasil já no início do século XIX, em 1820, e foram utilizadas até o final.

As culturas às quais as línguas estavam atreladas constituíam (e ainda constituem) ideologias que poderiam interferir nas práticas. As autoras nos apresentam as caligrafias utilizadas na época que sempre pareciam estar de acordo com a caligrafia utilizada em um país influente no âmbito internacional, como os Estados Unidos, que também representava modernidade, bem como a letra que estava aproximada à letra da máquina de datilografar, que também carregava essa representação, do homem moderno, de “rápido pensar”. As chamadas “boa escrita” e “boa linguagem” deveriam estar de acordo com os modelos propostos considerados exemplares no que diz respeito à caligrafia, à técnica, ao asseio e à ordem.

De acordo com Veloso (2015), as revistas que indicavam o estilo de escrita a ser seguido no Brasil estavam pautadas nas práticas de escrita ocorridas em escolas norte-americanas, como segue: “Em escolas norte-americanas, esse processo é empregado desde o primeiro ano de escola [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1930 apud VELOSO, 2015). Dizia-se que a tendência mundial no que concerne à escrita é escrever de maneira concisa, sem tantas palavras bonitas que acabam se distanciando do tema principal, mesmo nas sociedades latinas em que a escrita sempre foi mais imaginativa, como segue:

O brasileiro ocupa o primeiro lugar entre os povos emphaticos do continente. O desperdício de palavras e de tempo assume, no Brasil, proporções serias. Não temos ainda o espirito da syntese, a noção de simplicidade. Queremos suprir, com uma rethorica em desuso, a nossa lamentável ausência de cultura. O escritor, o jornalista, ou o poeta que quizer leitores, hoje, tem de adoptar menor numero possível de vocábulos sonoros. É um engano pensar-se que as palavras bonitas e supérfluas tornam a idea mais agradável. A tendência entre todos os povos, mesmo entre os povos latinos, que sempre abusaram da imaginação, é para a simplificação da intelligencia. Nada de ramagens, de redundâncias desnecessárias (GAZETA DO NORTE, 1933, p. 1 apud VELOSO, 2015, p. XX).

O excerto acima denota a crença que havia na época, no século XX, de que existia certa inferioridade no estilo de escrita praticado pelos brasileiros, uma escrita rebuscada e com excesso de palavras “bonitas” desnecessárias. Existia aí uma influência do estilo de escrita norte-americano que, em razão de o país já despontar como grande potência mundial, exercia um papel poderoso como modelo correto do uso da língua. A frase “a nossa lamentável ausência de cultura” também diz muito sobre as ideologias que guiavam os planejamentos linguísticos da época. Certamente o conceito de cultura que se tinha estava ligado à burguesia e desconsiderava nossos traços culturais marcados também pelas línguas aqui faladas, seja o português com suas variedades, seja as línguas indígenas e de imigrantes.

5 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS OFICIAIS

Para Spolsky (2012), as políticas linguísticas declaradas não são somente aquelas descritas em leis, documentos oficiais, ou instrumentos linguísticos, mas, em convergência com a ideia de diferentes agentes de Fishman (1974), as empreendidas por autoridades em diferentes domínios da sociedade, seja o gerenciador uma mãe de família, um padre da igreja de uma determinada comunidade, a professora em sala de aula ou o chefe de uma empresa.

Além de considerar os diferentes agentes de políticas linguísticas e diferentes formas de estabelecê-las, o autor, em julgar que as gestões, as práticas e as crenças são indissociáveis, ou seja, que sempre há interferência entre essas esferas e que estão sujeitas a forças internas, externas e, de maneira

evidente, extralinguísticas, Spolsky (2012) nos deixa espaço para analisar as políticas linguísticas declaradas, levando em conta um contexto amplo que inclui, por exemplo, as ideologias.

Dessa maneira, para empreender, de maneira mais eficiente, as crenças e ideologias a respeito do ensino da escrita e, nesse caso, a unificação da escrita em todo Brasil, foram precisas políticas linguísticas *declaradas* através de leis, atos, decretos e criação de ministérios. Sabemos na PL que, embora as práticas sejam mais fortes, as políticas linguísticas impositivas podem ter sobre elas grande influência e até mesmo modificá-las (SHOHAMY, 2006). Vidal e Gvirtz (1998) discorreram acerca de algumas dessas políticas que foram sendo estabelecidas no sistema educacional brasileiro.

A primeira política linguística *declarada* citada foi a própria Constituição do Império, proclamada em 1827, que já determinava que a escola elementar teria responsabilidade sobre a formação em escrita, leitura e gramática da língua nacional. O Ato Adicional, de 1834, designava às províncias a normatização as primeiras letras. O Relatório de 1873, feito pelo Inspetor Geral da Instrução da Província de São Paulo, indicava o tipo de caligrafia que deveria ser usada na escrita. Em 1894, o Decreto 248 instituiu os primeiros grupos escolares no estado de São Paulo. Entre os anos 1920 e 1930, reformas que tratavam dos ideais da Escola Nova foram implementadas e na mesma década o Ministério da Educação e Saúde foi criado.

Isto a efeito, notamos que as decisões metodológicas e pedagógicas no tocante ao ensino da escrita, os processos de ensino-aprendizagem, bem como o tratamento da língua nos dias atuais no sistema educacional são frutos não de escolhas aleatórias, mas de um conjunto de crenças, ideologias, gestões e práticas. A urgência em homogeneizar a escrita e, sobretudo, o “homem moderno”, estava ligada à construção do Estado moderno brasileiro. O ensino da leitura e escrita era e é um fato político. A formação desse Estado juntamente com seus ideais de homogeneização e unificação do cidadão capaz de ler e escrever, nos legou muito do que temos hoje.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, existiram fatores e razões além da língua portuguesa *persé* no empreendimento de políticas linguísticas do ensino da escrita nas escolas brasileiras nos séculos XIX e XX. O principal motivo que norteou o planejamento desse ensino está ligado à construção do Estado-nacional unificado por um povo que faz uso da mesma língua, tanto falada quanto escrita, homogeneizando até mesmo o estilo pessoal de escrita. Discursos como o discurso médico, externos à língua, tinham forte presença na maneira como ela deveria ser ensinada. Diferentes línguas (e culturas) também tiveram e têm carga importante no que tange às escolhas de estilos e metodologias de ensino da língua nacional.

Dessa forma, as escolhas linguísticas e de planejamento da língua são escolhas atreladas a diversos outros fatores que, de maneira frequente, estão ligados aos interesses de autoridades como o Estado e às crenças, às ideologias e ao clima de opinião de época que favorecem certos discursos ou até mesmo teorias científicas em detrimento de outras. A ideia de homogeneização dos cidadãos pode servir aos objetivos de unificação e centralização do poder, mas acaba ignorando questões específicas das regiões e comunidades em favor de uma ideia de nação que, segundo Bourdieu (1989) é artificial, portanto, não representa a verdadeira cultura e, conseqüentemente, a política linguística praticada pela comunidade, sem imposições que a ela são externas.

Ao observarmos a estruturação do sistema educativo no Brasil na atualidade, podemos apontar as diretrizes que de certa forma continuam padronizando o ensino-aprendizagem da língua. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o próprio

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) são exemplos de políticas linguísticas *declaradas* que podem atuar em favor da homogeneização do estudante. Nesse sentido, é interessante continuar uma reflexão sobre até que ponto essa homogeneização/centralização do sistema educativo é favorável à aprendizagem, levando em consideração a extensão do país e as particularidades regionais, seja no âmbito cultural, seja no âmbito econômico.

BIBLIOGRAFIA

- ARNOUX, E. N. de; DEL VALLE, J. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico e panhispanismo. *Spanish in Context*, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2010.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1989.
- DIJK, T. A. V. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage Publications, 1998.
- GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books Inc., 1973.
- FISHMAN, J. A. Language planning and language planning research: the state of the art. In: FISHMAN, J. A. *Advances in language planning*. The Hague: Netherlands, 1974.
- HORNBERGER, N. H. Language policy, language education, language rights: indigenous, immigrants and international perspectives. *Language in Society, USA*, v. 27, p. 439-458, 1998.
- SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. New York: Routledge, 2006.
- SYLVERSTEIN, M. J. Language structure and linguistic ideology. In: CLINE, R.; HANKS, W.; HOFBAUER, C. *The elements: a parasession on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-273.
- SOUSA, E. N. B. de. *Políticas linguísticas no ensino de português como língua estrangeira aos refugiados no Brasil*. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa.
- SPOLSKY, B. *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge, 2004.
- SPOLSKY, B. *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SPOLSKY, B. What is language policy? In: SPOLSKY, B. (Org.). *The cambridge handbook of language policy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 03-15, 2012.
- VELOSO, G. M. Representações e práticas de ensino da escrita no final do século XIX e início do século XX. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, v. 19, n. 4, p. 100-116, jan./jun. 2015.
- VIDAL, D. G.; GVIRTZ, S. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21., 1998, Caxambú. *Anais...* Caxambú, 1998. 18 p.
- WOOLARD, K. A. Language ideology: issues and approaches. In: SCHIEFFELIN, B. B.; KROSKRITY, P.; WOOLARD, K. A. *Language ideologies*. California, 1992. p. 235-249. Special issue of pragmatics 2.